



A transposição do Rio São Francisco no Pool de Jornais do Nordeste: o caso do Jornal do Commercio¹

Sonia Aguiar²

Erivaldo Francisco dos Santos Junior³

Resumo

Este artigo faz um breve ensaio das possibilidades de contribuição dos referenciais da geografia para a compreensão das tendências de tratamento, pela imprensa regional, de informações relativas à interação da sociedade com os recursos naturais, os ecossistemas e o meio ambiente construído. Do ponto de vista empírico, apresenta uma análise de conteúdo de matérias publicadas ao longo de 2007 no Caderno de Economia do Jornal do Commercio, de Pernambuco, sobre a transposição das águas do Rio São Francisco. A escolha desse veículo se deve à sua posição estratégica na região e como membro do Pool de Jornais do Nordeste, uma articulação fundamental para a defesa de interesses locais e regionais na disputa pela destinação e uso dos recursos naturais. Espera-se contribuir, com este estudo, para uma visão transdisciplinar do jornalismo ambiental.

Palavras-chave:

Jornalismo ambiental; mídia e recursos hídricos; imprensa regional; Pool de Jornais do Nordeste;

1. Introdução

Este artigo apresenta resultados parciais de projeto de pesquisa em andamento sobre a cobertura da Transposição do Rio São Francisco na imprensa nordestina, desenvolvido no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe (Pibic-UFS). O estudo contempla o problema da noticiabilidade de temas ambientais associado às questões de desenvolvimento regional, com base na premissa de que a controvérsia gerada pelo projeto do governo Lula possui características diferenciadas nos contextos nacional e regional. Essa diferenciação torna-se evidente a partir da posição favorável assumida pelo Pool de Jornais do Nordeste, formado no ano 2000 pelas empresas jornalísticas que editam os diários de maior circulação em seus respectivos estados (Jornal

¹ Trabalho apresentado ao NP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade da DT 6 – Interfaces Comunicacionais do Intercom Nordeste - Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 10 a 12 de junho de 2010, em Campina Grande (UEPB).

² Dra em Comunicação/ Ciência da Informação, prof^a do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Sergipe e coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (LICA) – <http://licaufs.blogspot.com/>

³ Estudante de Jornalismo e bolsista de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe (PIBIC-UFS 2009-2010), sob a orientação da prof^a dr^a Sonia Aguiar; e-mail: jrjuniorkd@yahoo.com.br



do Commercio, de Recife, Tribuna do Norte, de Natal, Diário do Nordeste, de Fortaleza, Correio da Paraíba, Gazeta de Alagoas, O Estado do Maranhão e Meio Norte, do Piauí).

A primeira iniciativa do grupo – do qual não faz parte nenhum veículo de Sergipe e Bahia – foi o lançamento do suplemento “Cadernos do Nordeste”⁴, com edição dedicada ao tema “recursos hídricos”, na qual defende claramente a transposição, embora dê voz a opositores e a argumentos controversos. Na época, ainda se discutia a formulação de um Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, mas os estudos sobre a viabilidade da transposição de águas entre bacias avançavam rapidamente com a dotação orçamentária prevista para esse fim pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. O Ministro da Integração Nacional era, então, o potiguar Fernando Bezerra, que assegurava que as águas transpostas seriam destinadas a múltiplos usos de uma população estimada em 8 milhões de pessoas, em 268 cidades. Agora, a estimativa para 2025 é de cerca de 12 milhões de beneficiários em 391 municípios. Em 1999, a transposição fazia parte do programa governamental “Avança Brasil”, de FHC; em 2009, tornou-se uma das estrelas do PAC – o Programa de Aceleração do Crescimento coordenado pela ainda chefe da Casa Civil do governo Lula Dilma Rouseff.

A escolha do Pool como universo da pesquisa justifica-se, assim, pelo papel estratégico que os veículos que o integram exercem nos processos decisórios sobre políticas públicas e investimentos privados relacionados a uma determinada concepção de desenvolvimento local e regional. Porém, devido a limitações de acesso a todos os jornais do Pool, em sua maior parte ainda não disponíveis em formato digital para consulta à distância, mediante ferramentas de banco de dados, à época em que o levantamento empírico foi iniciado, optou-se por concentrar a investigação inicialmente no Jornal do Commercio. Além de exercer, informalmente, o papel de líder do Pool (hospeda a publicação virtual do grupo), este diário pernambucano com mais de um século de existência oferece acesso online ao texto integral de suas edições impressas (desde 1998).

A investigação aborda a transposição como um **processo** que vem gerando ciclos de notícias favoráveis e contrárias com maior intensidade no período de 2005 a 2009, intervalo demarcado pela primeira greve de fome do bispo de Barra (BA), Dom Luiz Flávio Cappio, e pela primeira visita do Presidente Lula aos canteiros das obras, acompanhado da ainda Ministra da Casa Civil, Dilma Rouseff. O objetivo geral da pesquisa é o de identificar e analisar os conteúdos e discursos diretamente relacionados aos dilemas ambientais contemporâneos, que assumem maior relevância regional pela ótica

⁴ Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/cadernosdonordeste/jun_rio.htm



dos veículos articulados politicamente no Pool, bem como os atores a que se dá voz e os enquadramentos que lhes atribuem sentidos diferenciados (econômico, político, científico, cultural, comportamental), conforme as editorias, seções e colunas em que são publicados

O estudo aqui apresentado, de caráter exploratório e descritivo, com base em uma aplicação quali-quantitativa da metodologia de análise de conteúdo (HERSCOVITZ, 2007), concentrou-se em um recorte dessa pesquisa mais ampla, constituído por todos os textos jornalísticos sobre a transposição publicados no Caderno de Economia do Jornal do Commercio ao longo de 2007, ano da segunda greve de Dom Cappio, da derrubada de todas as liminares contra o projeto pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e do início definitivo das obras para a transposição.

A escolha das páginas de Economia como o recorte de conteúdos para análise deveu-se ao peso dessa editoria em todas as buscas com o termo “transposição” realizadas na base de textos completos do jornal impresso entre 2005 e 2009, em contraste com apenas oito edições sobre o assunto, no mesmo período, no caderno Ciência & Meio Ambiente do Jornal do Commercio, um dos pioneiros no país no tratamento de temas ambientais. Segundo dados disponíveis no site do Jornal, o Caderno de Economia é o que possui maior número de leitores em comparação aos demais cadernos do gênero dos jornais do Estado. Seu público é predominantemente masculino, pertencente à classe “B”, na faixa etária dos 20 aos 39 anos, com renda familiar de até cinco salários-mínimos, e formação de nível superior.

Para a análise de conteúdo nesse recorte espaço-temporal privilegiou-se a identificação dos fatos noticiosos relacionados às “vozes” e aos atores que lhes dão sentido. A premissa é a de que a partir deles é possível identificar também sinais do agendamento sobre a transposição exercido por agentes externos à redação (políticos, governos, movimentos ambientalistas, assessorias de imprensa, agências de notícias etc), o que configuraria o jogo de interesses envolvido na obra.

Considerando-se que o Rio São Francisco é um recurso hídrico de importância nacional e regional, e que qualquer intervenção em seu curso provoca impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos inevitáveis, a análise da cobertura da transposição de suas águas para bacias hidrográficas de quatro estados além dos cinco por ele já banhados (Pernambuco é o único que faz parte dos dois grupos) levanta questões importantes para o jornalismo ambiental, que vão além da sua tradicional abordagem como um subgênero do jornalismo científico.



2. O meio ambiente entre a ciência, a economia e a política

Tradicionalmente, o jornalismo ambiental tem sido definido como um subgênero do jornalismo científico em função da dependência explicativa das ciências sobre os fenômenos naturais e seus processos de dominação pelos seres humanos. A relação entre ciência, tecnologia e recursos naturais diz respeito ao “desenvolvimento do conhecimento humano acerca da natureza”, que sempre intensifica e aprofunda a relação com tais recursos (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.290). Não fosse assim, a transposição das águas do Rio São Francisco não teria ficado tanto tempo oscilando entre promessas e arquivamentos em gavetas governamentais, até ser viabilizada por uma gigantesca engenhosidade técnica e tecnológica, composta por “canais de terra, com seção trapezoidal, revestidos internamente por membrana plástica impermeável, com recobrimento de concreto”⁵.

Duas vertentes tentam dar conta do jornalismo ambiental como campo de conhecimento e de práticas: uma segue o caminho da segmentação, do jornalismo especializado, fundado na relação ciência/natureza/ecologia (REYS, 2002; HERNANDO, 2004; ALCOLEA, 2008); a outra defende uma abordagem multidisciplinar e editorialmente transversal, que não separe o meio ambiente dos seus condicionantes sociais, culturais, políticos e econômicos (BUENO, 2007; AGUIAR, 2008)

Para Bueno (2007, p.13), há um desafio epistemológico a ser vencido no que diz respeito à delimitação desse campo e às suas tangências e inserções em campos correlatos. O jornalismo ambiental que este autor defende vai na contramão dos “que postulam a hegemonia das elites, promovem o monopólio de determinadas fontes ou despolitizam o debate ambiental” (idem, p.14). Mas pode ser visto por alguns como o criticado jornalismo militante ou engajado nas causas ambientais, em contraposição ao marketing verde ou à ecopropaganda.

O jornalismo ambiental é, antes de tudo, jornalismo (...) e deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate. Não pode ser utilizado como porta-voz de segmentos da sociedade para legitimar poderes e privilégios.

O jornalismo ambiental, como o saber ambiental, não é propriedade dos que detêm o monopólio da fala, mas deve estar, umbilicalmente, sintonizado com o pluralismo e a diversidade. (BUENO, 2007, p.14).

Nessa visão, as fontes do jornalismo ambiental devem “sempre compatibilizar visões, experiências e conhecimentos que possam contribuir para a relação sadia entre o

⁵ Descrição contida na síntese do Projeto de Integração do Rio São Francisco disponível no site do Ministério da Integração Nacional (<http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/integracao/index.asp>)



homem (e suas realizações) e o meio ambiente” (idem). Para Alcolea (2008, p.17), a globalização do acontecimento ambiental requer novas maneiras de atuar do jornalista e novas fórmulas do fazer jornalístico, no qual a análise e a antecipação são elementos-chave.

O jornalista, que deve informar sobre ditos e feitos ecológicos, tem hoje que lutar para captar o interesse de um público sobrecarregado de tragédias, conflitos, acidentes e desastres, ou de informações pouco ou nada contextualizadas de ecologia (ALCOLEA, 2008, p.17).

Essa descontextualização faz com que temas como fontes de energia e água, por exemplo, sejam deslocados da sua condição de recursos naturais relacionados à vida em sociedade para a de mero recurso estratégico nos cálculos racionais da economia e da política. É nesse quadro-referencial que se situa a transposição do Rio São Francisco como um problema de pesquisa, inscrita no debate sobre os dilemas ambientais contemporâneos. A esse quadro somam-se as especificidades de noticiabilidade de um processo complexo como o da transposição.

No seu processo reducionista e fragmentário, o discurso jornalístico ignora a pluralidade de discursos ambientais em disputa pelo controle dos recursos naturais, isto é, os modos estruturados e compartilhados de apreender, interpretar, representar e defender as questões do meio ambiente (AGUIAR, 2008).

2.1. Recursos hídricos e desenvolvimento regional

A proposta de transpor as águas do Rio São Francisco para outras bacias remonta ao período do Império. Um dos primeiros a pensar nessa possibilidade foi o deputado provincial do Ceará, residente na cidade de Crato, Marcos Antônio Macedo, em 1847. O imperador D. Pedro II também cogitou a idéia, com o intuito de enfrentar o período de seca, típico do semi-árido, por meio de um canal que conduzisse a água do rio São Francisco para a região, e chegou a encomendar um estudo detalhado a respeito.

Em 1856, o Barão de Capanema liderou uma comissão científica para viabilizar a abertura de um canal que interligaria o São Francisco ao rio Jaguaribe, no Ceará, mas o desenvolvimento do projeto foi descartado por questões técnicas. Mais de cem anos depois, em 1972, o deputado Wilson Roriz, do Ceará, retoma o plano e cogita a possibilidade de bombeamento associado a canais, que seria viável tecnicamente. Em 1981, no governo do general João Batista Figueiredo, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) elabora um projeto de transposição para as bacias dos rios Apodi, Jaguaribe e Piranhas, objetivando o abastecimento para consumo doméstico e industrial.



A partir da década de 1990, o assunto “transposição” ganha destaque na mídia e passa a ser abordado com uma conotação política. Em 1994, o presidente Itamar Franco ressalta a importância de analisar o potencial hídrico das regiões do semi-árido e implanta o Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco. O Ministério da Integração Regional é então encarregado de elaborar o Projeto Básico de Engenharia para início imediato das obras em Cabrobó-Jatí. No ano seguinte, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, é assinado um documento denominado “Compromisso pela Vida do São Francisco”, consequência das pressões que vinham sendo feitas para a revitalização do rio. Este mesmo governo aprova, em 1999, dotação orçamentária para estudos de viabilidade da transposição, que se tornariam a base do projeto apresentado em 2003 pelo governo Lula. O processo de disputa pelo controle, gestão e uso das águas do “rio da integração nacional” inclui ainda a instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) e a criação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, em 2001.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional foi lançado em 2003 pelo Ministério da Integração Nacional, com a realização de audiências públicas presididas pelo vice-presidente José Alencar. A partir de 2004, após a divulgação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), o projeto começa a ganhar maior visibilidade na mídia e no debate público, com sua adoção como programa de governo do presidente Lula. Em 2005, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprova a transposição, mas as obras só começam em agosto de 2007, em função de várias tentativas de embargo judicial.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional prevê a construção de dois canais: o Eixo Norte, que levará água para os sertões e algumas regiões metropolitanas de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte; e o Eixo Leste, que beneficiará parte do sertão e as regiões agreste de Pernambuco e da Paraíba.

O Eixo Norte, a partir da captação no rio São Francisco próximo à cidade de Cabrobó – PE, percorrerá cerca de 400 km, conduzindo água aos rios Salgado e Jaguaribe, no Ceará; Apodi, no Rio Grande do Norte; e Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte. Ao cruzar o estado de Pernambuco este eixo disponibilizará água para atender as demandas de municípios inseridos em 3 sub-bacias do rio São Francisco: Brígida, Terra Nova e Pajeú. Para atender a região do Brígida, no oeste de Pernambuco, foi concebido um ramal de 110km de comprimento que derivará parte da vazão do Eixo Norte para os açudes Entre Montes e Chapéu.

(...)

O Eixo Leste que terá sua captação no lago da barragem de Itaparica, no município de Floresta – PE, se desenvolverá por um caminhamento de 220 km até o rio Paraíba –



PB, após deixar parte da vazão transferida nas bacias do Pajeú, do Moxotó e da região agreste de Pernambuco. Para o atendimento das demandas da região agreste de Pernambuco, o projeto prevê a construção de um ramal de 70 km que interligará o Eixo Leste à bacia do rio Ipojuca. (site do MIN, acessado em 30/04/2009)⁶

Como observa Porto-Gonçalves (2006, p.288), na relação da sociedade com a natureza sob o capitalismo, o princípio liberal da livre mobilidade dos recursos naturais não ocorre sem conseqüências ambientais e políticas, ou seja, fora de relações de poder, porque há sempre “quem determina o quanto, com que intensidade, por quem e para quem os recursos naturais devem ser extraídos e levados de um lugar para outro, assim como o próprio trajeto entre os lugares” (idem, p.291). São, portanto, relações espaciais de dominação/exploração que tiram dos lugares e “dos do lugar, o poder de definir o destino dos recursos com os quais convivem”. Para este autor, a acessibilidade aos recursos naturais, assim como o seu deslocamento, revela a natureza das relações sociais e de poder entre os “do lugar”, e suas apropriações ou expropriações definem a fronteiras e limites dos territórios que os contêm.

Nos marcos da atual revolução nas relações de poder por meio da tecnologia, três são os recursos naturais estratégicos, a saber: a energia, em suas diversas fontes; a diversidade biológica e a água.

A energia e a água vêm adquirindo uma importância cada vez maior, sobretudo com o desenvolvimento das indústrias químicas, de engenharia genética e eletrônica e com a expansão do agronegócio (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 296).

O enfoque político da transposição e o papel de mediador de conflitos sobre a destinação dos recursos hídricos na região Nordeste, assumido pelo governo federal e complementado pelos governos estaduais, fica evidente nos trechos do projeto que descrevem os benefícios da obra, como por exemplo os existentes entre Paraíba e Rio Grande do Norte em relação à Bacia do Piranhas-Açu, e os gerados pela alta demanda hídrica da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

No estado do Ceará, o sistema de reservatórios que abastece a Região Metropolitana de Fortaleza – RMF (açudes Pacajus, Pacoti, Riachão e Gavião) já está interligado ao rio Jaguaribe através do Canal do Trabalhador (capacidade de 5 m³/s). Em função da necessidade de se levar mais água da bacia do Jaguaribe para a RMF, o Governo do Estado está construindo o Canal da Integração (capacidade de 22 m³/s), interligando o açude Castanhão às bacias do Banabuiú (maior afluente do rio Jaguaribe) e Metropolitanas. (site do MIN, acessado em 30/04/2009)

Trata-se, assim, de “múltiplas relações de escalas imbricadas enquanto divisão territorial do trabalho (relação cidade-campo; intra-urbana; interurbanas; intra-regionais; inter-regionais/nacionais e internacionais)”, como diz Porto-Gonçalves (2006, p. 292).

⁶ Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/integracao/index.asp>



2.2. Um rio em disputa: entre a abundância e a escassez

O instituto capitalista da propriedade privada permite que se prive a maior parte da população mundial do acesso aos recursos naturais disponíveis no Planeta: “privar é tornar um bem escasso e, assim, numa sociedade que tudo mercantiliza, um bem só tem valor econômico se é escasso”. Porém, esse postulado é contraditório com a idéia de riqueza, que representa “algo que é abundante, um bem comum” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 288-289). Essa dicotomia escassez/ riqueza é a base da argumentação utilizada pelo Ministério da Integração Nacional (MIN) para defender publicamente o que o governo Lula denominou Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Em determinada página do seu site, o rio é apresentado em toda a sua exuberância hídrica (2.700km de extensão que atravessam cinco estados, ao longo dos quais recebe 168 afluentes, sendo 99 perenes...), riqueza que pode ser vista como um “desperdício” se apenas jorrar no mar:

Depois de movimentarem os gigantescos geradores daquelas cinco hidrelétricas [Itaparica, Moxotó, Sobradinho, Paulo Afonso e Xingó], as águas do São Francisco correm para o mar. Atualmente, 95% do volume médio liberado pela barragem de Sobradinho – 1.850 metros cúbicos por segundo – são despejados na foz e apenas 5% são consumidos no Vale. Nos anos chuvosos, a vazão de Sobradinho chega a ultrapassar 15 mil metros cúbicos por segundo, e todo esse **excedente** também vai para o mar (site do MIN, acessado em 30/04/2009 - grifo nosso).

Já para justificar a necessidade de “integração do rio São Francisco às bacias dos rios temporários do Semi-árido”, o MIN reúne uma série de indicadores de escassez devido à “irregularidade na distribuição interna dos recursos hídricos” na região que, “associada a uma discrepância nas densidades demográficas”, pode levar o Nordeste a uma situação de “estresse hídrico que se agravará ao longo deste século”.

A literatura recente sobre o Rio São Francisco também encontra-se dividida em duas vertentes: a que o trata como um bem natural configurado ambiental, social e culturalmente, mas comprometido por sucessivas intervenções em seu curso, que precisariam ser imediatamente sustadas para a sua ainda possível revitalização; e a que o encara como um recurso estratégico fundamental para a geração de energia ao país e para o desenvolvimento regional do Nordeste, sobretudo pelo seu potencial de abastecimento de água para consumo doméstico e industrial.

Essas duas posições estiveram presentes no debate público sobre a transposição do Rio São Francisco, tal como proposta pelo governo Lula a partir de 2003, mas de uma



forma que sua polarização quase nunca se tornava visível através da mídia nacional. Em geral, as posições só apareciam isoladamente, conforme os episódios gerados por um dos lados em disputa (uma greve de fome, uma audiência pública, uma caravana, uma liminar ganha ou perdida...).

3. A transposição no Jornal do Commercio

O Jornal do Commercio integra o Sistema JC de Comunicação, pertencente ao grupo JCPM, do empresário João Carlos Paes Mendonça. Foi fundado em abril de 1919, em plena campanha política de Epitácio Pessoa à Presidência da República. Segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), no mês de março de 2010, o jornal diário atingiu a média de 72.385 mil exemplares nos domingos, sendo um dos jornais de maior tiragem da região Nordeste.

Seu conteúdo é distribuído por dez cadernos editoriais: o Primeiro Caderno, que faz uma cobertura política de Pernambuco, do Brasil (Brasil), do Mundo (Internacional) e Opiniões (Repórter JC, Pinga Fogo e Cena Política); Cidades, que traz notícias sobre a Região Metropolitana e do Interior do Estado; Economia, que inclui a Coluna JC Negócios, escrita por Fernando Castilho; Caderno C, que trata de artes, cultura, música e gastronomia; Informática, aborda o mundo tecnológico; Revista JC, com matérias sobre comportamento, saúde, gastronomia, etiqueta; Ciência & Meio-Ambiente, que aborda as questões ambientais e científicas; Mais Esporte, Turismo, JC na TV, e Classificados JC. Eventualmente, diário veicula também alguns suplementos especiais.

Para mapear a cobertura da transposição feita pelo jornal ao longo de 2007 (conforme recorte já explicitado anteriormente), foram adotados alguns procedimentos da abordagem quali-quantitativa da análise de conteúdo propostos por Heloíza Herscovitz (2007). Primeiramente, foram selecionadas três palavras-chaves (transposição, São Francisco, meio ambiente) para a realização de busca por matérias que se tornariam objeto de estudo no desenvolvimento do projeto. Contudo, os resultados obtidos com os termos “São Francisco” e “meio ambiente” tornaram-se amplos demais, envolvendo diversos temas que não se referiam diretamente à transposição do Rio São Francisco. Optou-se, então, por restringir a busca ao termo “transposição”, que na quase totalidade dos casos vinha associada a “rio São Francisco”.

Em seguida, os dados coletados foram separados em informativos e opinativos, e sistematizados por editoria, quando então foi possível observar a dominância do caderno



de Economia na cobertura em questão. De 655 textos informativos recuperados com a palavra-chave “transposição”, entre 2005 e 2009, apenas oito foram veiculados na seção “Ciência & Meio Ambiente” (sendo quatro em 2005, três em 2006 e um em 2009). A grande maioria dos textos (444 – quase 68%) foi pautada e publicada pela editoria Economia (incluindo os 61 da JC Negócios); 21 saíram em Cidades; 20 na série especial de reportagens “Transposição”, veiculada na semana de 22 a 29 de maio de 2005; 12 na Capa Dois; 12 no Repórter JC, dez na editoria Brasil, cinco na Cena Política; cinco na coluna Pinga Fogo; três no Caderno C; dois na coluna do Claudio Humberto; dois no caderno JC - Vale do São Francisco; 2 em Do Litoral ao Sertão. As editorias Internacional, Turismo e Religiões publicaram um texto cada sobre a transposição. Além dessas de periodicidade regular, foram recuperados oito textos em seções ocasionais: Fórum Recife, Futuro em Obras, Setor Construção Civil; Setor Metalmeccânico (um em cada); Um Nordeste mais quente (dois textos, em 05/06/2007); Um novo Nordeste (dois textos em 18 e 19/05/2006) – todos majoritariamente com enfoque político-econômico.

Em 2007, ano em que o projeto de Transposição tornou-se irreversível, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a hegemonia do olhar econômico sobre o Rio São Francisco foi ainda mais avassaladora: dos 149 textos informativos com a palavra-chave “transposição” publicados entre janeiro e dezembro, 122 (81%) tiveram esse enquadramento (incluindo as 14 notas do JC Negócios). As demais aparecem nas editorias de Cidades, JC Negócios, Brasil, Caderno C, Capa Dois, e nas seções ocasionais “Um Nordeste mais Quente” e “Setor Metalmeccânico”.

Além da contundência desses dados, também contribuíram para o recorte do estudo apresentado neste artigo a concentração, em 2007, de fatos que contribuíram para a consolidação do projeto governamental: a nomeação de Geddel Vieira Lima, político de um dos estados mais resistentes à obra, a Bahia, como Ministro da Integração Nacional e encarregado de efetivar o projeto; a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de tornar a obra irreversível, e a designação do Exército para iniciá-la; a divulgação de editais de licitação para empresas interessadas; e a segunda greve de fome do bispo Dom Luiz Flávio Cappio, que recebeu apoio de artistas nacionais e reprimendas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Papa Bento XVI (eleito em 2005).

O passo seguinte do estudo foi a categorização do conteúdo em duas ordens: uma referente à natureza dos acontecimentos relacionados à transposição (do que se fala); outra relacionada às vozes (quem fala nas matérias) e aos atores sem voz (de quem se fala). Em



seguida foram atribuídos valores às vozes e atores, conforme a posição assumida ou atribuída frente à transposição (contra, a favor, neutra, indeterminada).

Nos 108 textos recuperados com o termo “transposição” no Caderno de Economia do JC, em 2007⁷, foi possível observar a dominância de cinco categorias de acontecimentos:

- a) manifestações e articulações contra a transposição (36 textos), entre os quais teve grande peso a cobertura diária da segunda greve de fome de Dom Cappio (15 matérias veiculadas entre 28/11/07 e 22/12/07, incluindo a polêmica entre a atriz Letícia Sabatela e Ciro Gomes, logo após o encerramento do jejum do religioso); nesse período, uma liminar chegou a suspender as obras, mas foi derrubada pelo STF uma semana depois;
- b) fatos rotineiros no processo de implantação do projeto e andamento das obras (21 textos), como a expedição de licenças; a divulgação oficial acerca das licitações e lançamento de editais; o início das escavações pelo Exército; providências quanto às desapropriações de imóveis nos trechos por onde passarão os canais; reclamações de empresas da construção civil etc; vale observar que esse tipo de detalhamento cotidiano do processo não costuma entrar em pauta em veículos da chamada mídia nacional (jornais distribuídos para as capitais e maiores regiões metropolitanas);
- c) articulações e medidas do governo federal para garantir a execução do seu projeto, que ganham destaque no conjunto dos conteúdos analisados a partir da posse de Geddel Vieira como ministro da integração nacional (março de 2007); ele e seu ministério protagonizaram as 18 matérias no período;
- d) questões relacionadas aos interesses de Pernambuco no processo da integração das bacias (9 textos), das quais o governador Eduardo Campos foi o principal porta-voz, e entre as quais dominaram discussões sobre o Canal do Sertão e a Transnordestina;
- e) articulações de interesses de outros estados da região no processo da transposição e destinação das águas do São Francisco (9 textos), aí incluídas as manifestações contrárias do governador de Sergipe, Marcelo Déda;

Os onze textos restantes dizem respeito a acontecimentos “correlatos”, nos quais a transposição é apenas citada, como o pedido de “compreensão” feito pelo presidente Lula em relação ao atraso das obras do PAC, ou a inclusão entre as 29 obras com indícios de

⁷ Excetuando os da coluna JC Negócios.



irregularidades em relatório do Tribunal de contas da União. Também é interessante destacar o fato de coberturas tipicamente políticas, como atos públicos de protesto, serem feitas pelo Caderno de Economia, ao contrário do que é comum nos veículos “nacionais”.

Outro ponto que merece destaque na análise são as matérias sobre a inclusão nas obras da transposição da construção do Canal do Sertão, uma adutora para captação de água da barragem de Sobradinho para a cidade de Granito, em Pernambuco, cortando as terras mais férteis do Estado e irrigando, aproximadamente, 150 mil hectares. A matéria publicada no dia 21/01/07 com o título “Grandes Projetos. Isso, sim, interessa”, situa a importância da adutora para o Estado e cobra do governador Eduardo Campos a exigência dessa inclusão.

Do ponto de vista das vozes e atores presentes nas narrativas, observou-se a dominância absoluta das falas de cunho político, conforme sintetizado no quadro-abaxo:

| categorias | Vozes – quem fala | Atores - de quem se fala |
|-----------------------------|-------------------|--------------------------|
| Políticos/ governantes | 45 | 93 |
| Representantes da sociedade | 25 | 44 |
| Empresários | 7 | 14 |

A presença significativa de “representantes da sociedade” (organizações não-governamentais, membros da Igreja Católica, movimentos sociais, ambientalistas, moradores da região) deve-se ao acirramento das tentativas de interdição da obra, à medida que o governo federal tomava decisões cada vez mais efetivas para viabilizar seu projeto. Nas narrativas dessas disputas, há um “diálogo” entre duas ou mais categorias de vozes.

Entre os protagonistas que mais ganharam destaque nas matérias com voz estão: o ministro Geddel Vieira, o presidente Lula, e os governadores Eduardo Campos (PE), Jacques Wagner (BA) e Marcelo Déda (SE). Entre as fontes do meio empresarial encontram-se as holding japonesa Itochu Corporation e as construtoras brasileiras Camargo Corrêa, Odebrecht e Queiroz Galvão. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luiz Flávio Cappio e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) foram os mais citados entre os atores da sociedade, porém em sua maioria sem voz.

A posição assumida frente à transposição muitas vezes acompanha a divisão das categorias feitas na tabela acima: os políticos se posicionam a favor das obras, defendendo os argumentos do Projeto de Transposição, do Ministério da Integração Nacional, com exceção do governador de Sergipe, Marcelo Déda, claramente contra, e o da Bahia, Jacques Wagner, geralmente apresentado como “neutro” (justamente os governadores dos



estados que mais terão perdas com as águas transpostas). Os atores empresariais, principalmente aqueles que disputam a participação na obra, também se posicionam a favor. Por sua vez, a maior parte dos representantes da sociedade se posiciona contra a transposição, utilizando como argumento de apoio, muitas vezes, depoimentos da população ribeirinha que, depois do início das obras, notaram mudanças ambientais nos ecossistemas locais. A exceção fica por conta da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco, que em julho de 2007 tornou pública sua posição favorável à transposição, durante encontro de prefeitos.

Sob o viés da Economia, mesmo as fontes especializadas em meio ambiente têm suas vozes direcionadas para os interesses estratégicos regionais, a exemplo da matéria publicada no dia 15/06/2007, em que o Secretário executivo estadual de Recursos Hídricos, Almir Cirilo, fala sobre a criação de uma agência para gerenciar a água bruta da transposição e da colocação da construção da Adutora do Agreste como prioridade no projeto.

4 Considerações finais

Este artigo faz um breve ensaio das possibilidades de contribuição dos referenciais da geografia – e mais especificamente da geopolítica – para a compreensão das tendências de tratamento, pela mídia, de informações relativas à interação da sociedade com os recursos naturais, os ecossistemas e o meio ambiente construído no âmbito dos dilemas ambientais contemporâneos. A centralidade do território nesse contexto, apontada por Porto-Gonçalves (2006) sob o crivo do que ele chama de “neoliberalismo ambiental”, oferece perspectivas epistemológicas interessantes para a reflexão dessas questões, especialmente no âmbito da mídia regional, e mais especificamente ainda, da imprensa da Região Nordeste, onde as disputas pelo acesso à água são um exemplo emblemático das escalas geográficas em que os problemas ambientais se configuram.

Do ponto de vista empírico, essa abordagem permite um olhar diferenciado sobre o jornalismo ambiental. A cobertura dominante da transposição do Rio São Francisco pelo Caderno de Economia do Jornal do Commercio evidencia que a ciência já não detém mais o monopólio explicativo sobre os fenômenos naturais. Um exemplo significativo é a subversão – ratificada e reiterada pela imprensa regional - do senso comum de que “as águas dos rios correm para o mar”, vista agora como um “desperdício” que pode ser corrigido pela intervenção racional da engenhosidade humana.



Referências bibliográficas

- AGUIAR, Sonia. Ciência, jornalismo e meio ambiente: confrontos discursivos. In: SOUSA, Cidoval M. (org.). **Jornalismo científico & desenvolvimento regional: estudos e experiências**. Campina Grande: EDUEPB, 2008. p. 168-180.
- _____. Formação da cidadania: comunicação e informação da sociedade. In: Loureiro, Carlos Frederico B. (org.). **Cidadania e meio ambiente**. Salvador, Centro de Recursos Ambientais da Bahia, 2003. p.131-163 - Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/publicacoes/template02.cfm?idCodigo=20&participante=1&menu=158>
- ALCOLEA, Carlos Cahán. **Últimas tendências em el periodismo ecológico**. Madrid: Ediciones FIE, 2008.
- ANDRADE, Renata Marson Teixeira de. Um povo esquecido: projetos apagam a biodiversidade e o território tradicional no Rio São Francisco. **ComCiência** (revista eletrônica do Labjor Unicamp), 10/02/2005. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/2005/02/13.shtml>
- ANDRADE, Renata. **Da transposição das águas do Rio São Francisco à revitalização da bacia**: as várias visões de um rio. Report International Rivers Network, Rios Vivos e Fórum de Defesa do Rio São Francisco, São Paulo, Brazil. Agosto, 2002. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/renata_andrade.pdf
- BUENO, Wilson da Costa. Comunicação e jornalismo ambiental: conceitos e reflexões. In: Bueno, W. da C.. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007. P.11-54.
- HERNANDO, José A.A. **El tratamiento de la información ambiental: los retos del periodismo ecológico**. Disponível em: <http://chasqui.comunica.org/content/view/87/58/>
- HERSCOVITZ, Heloiza G.. Análise de conteúdo em jornalismo. In: Lago, C.; Benetti, M.. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 123-142.
- POOL de Jornais do Nordeste. Recursos hídricos. **Cadernos do Nordeste**, nº1, junho de 2000. Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/cadernosdonordeste/indice_junho.htm
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O meio ambiente como mercadoria V: as contradições entre a teoria e a prática. In: Porto-Gonçalves, C. W.. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. P.413-448.
- REYS, Rogelio F.. **Em torno al debate sobre la definicion del periodismo ambiental**. Ambitos, nº especial 9-10, 2º semestre 2002/ año 2003 (p.143-151)
- SIQUEIRA, Rubem. **De Sobradinho à transposição: para onde corre o São Francisco?** I Encontro Ciências Sociales e Represas e II Encontro Ciências Sociais e Barragens. Salvador, 22 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.gilvander.org.br/Sobradinho.htm>